[Pedido de Assistência / Desagravo Público / Representação] nº [ ]

Requerente: [nome], OAB/SP [nº]

Requerido(a): [nome, cargo, lotação]

DESPACHO CONCLUSIVO

Vistos.

Trata-se de pedido de [desagravo público] formulado por [requerente], OAB/SP [nº], em face de [requerido(a), cargo e lotação], por suposta violação ao art. [ ] da Lei nº 8.906/94.

Relatório do processado. Parecer de admissibilidade às fls. [ ] e despacho de admissão às fls. [ ]. Notificação da parte requerida em [data], com comprovante de recebimento às fls. [ ]. Defesa às fls. [ ] [ou certidão de decurso do prazo às fls. ( )]. Manifestação do(a) requerente às fls. [ ]. Despacho saneador às fls. [ ]. Audiência de instrução realizada em [data] (termo às fls. [ ]), com a oitiva de [número] testemunha(s) do(a) requerente e [número] da parte requerida. Alegações finais às fls. [ ] [ou certidão de decurso do prazo].

Regularidade. Certifico que as partes foram regularmente notificadas, que os prazos foram observados e que foram assegurados o contraditório e a ampla defesa. Não há diligência pendente.

Conclusão. Sem emitir juízo de valor sobre o mérito do pedido (Res. OAB SP nº 10/2025, art. 24, parágrafo único), declaro o procedimento apto a julgamento e determino a remessa dos autos ao Conselho Regional de Prerrogativas, para distribuição a um de seus Conselheiros (art. 25).

[Local], [data].

[Nome]

Presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas – [nº]ª Subseção [ou Coordenador(a) Regional]

Nota da Escola: O despacho conclusivo não opina sobre o mérito: não diz se houve violação nem sugere a concessão do desagravo (art. 24, parágrafo único).

Nota da Escola: Atualiza a referência ao "art. 24 da Res. 01/2018" e acrescenta a certificação de regularidade.